



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 514319 - BA (2019/0163063-4)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : CLEBER NUNES ANDRADE E OUTRO  
**ADVOGADOS** : CARLOS HENRIQUE DE ANDRADE SILVA - BA025104  
CLEBER NUNES ANDRADE - SP139237  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
**PACIENTE** : BENÍCIO MARQUES DA CONCEIÇÃO JÚNIOR (PRESO)  
**CORRÉU** : MARILTON NUNES DE JESUS  
**CORRÉU** : TARCÍSIO PEREIRA DOS SANTOS  
**CORRÉU** : GERSON VASCONCELOS DA SILVA  
**CORRÉU** : MIGUEL GOMES  
**CORRÉU** : ERIVELTON DA SILVA PAIXÃO  
**CORRÉU** : LEANDRO DE JESUS  
**CORRÉU** : JOCLESCH DOS SANTOS SILVA  
**CORRÉU** : KLEBER DA SILVA COUTINHO  
**CORRÉU** : RODRIGO MENDES DA CONCEIÇÃO  
**CORRÉU** : MARIANO DE AZEVEDO BOLÃO TERCEIRO  
**CORRÉU** : SÉRGIO PEREIRA DA SILVA  
**CORRÉU** : MAIK FERREIRA SANTIAGO

### EMENTA

*HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. NULIDADES. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO PARA JULGAMENTO DA APELAÇÃO. PERDA DO OBJETO.*

*Writ parcialmente conhecido e, nessa parte, prejudicado.*

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Benício Marques da Conceição Júnior**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça da Bahia.

Verifica-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 11 anos de reclusão, no regime inicial fechado, pela prática dos crimes previstos nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006 (fls. 94/171 - Ação Penal n. 0010355-28.2011.8.05.0080).

Alega-se excesso de prazo para o julgamento da apelação, que estaria concluída com o Desembargador Relator, além de se apontar *cerceamento de defesa, falta de defesa técnica, nulidades, dentre outros absurdos que ocorreram neste processo em relação ao acusado Benício* (fl. 7).

Requer, ao final, a revogação da prisão preventiva.

Liminar indeferida (fls. 204/205).

Informações prestadas (fls. 211/226), o Ministério Público Federal ofereceu parecer pela denegação da ordem (fls. 228/234).

É o relatório.

Verifica-se dos autos que as nulidades alegadas pela defesa não foram debatidas pelo Tribunal *a quo*, fato que impede a análise do tema por esta Corte sob pena de supressão de instância.

Quanto ao excesso de prazo, o *writ* perdeu seu objeto.

Isso porque, as informações obtidas na página eletrônica do Tribunal de origem dão conta de que, em 11/2/2020, foi julgado o Recurso de Apelação n. 0010355-28.2011.8.05.0008, fato que esgota a pretensão contida neste *habeas corpus*.

Ante o exposto, **conheço parcialmente** do *habeas corpus* e, nessa parte, **julgo-o prejudicado**.

Publique-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator